

Educadores em Luta: História Oral e a Reconstrução da Identidade Proletária Docente

Rafael Schultz¹

Maicon Fabiano Prando²

Resumo

A categoria docente tem sido amplamente analisada na historiografia educacional brasileira, porém uma dimensão que permanece subexplorada refere-se à sua essência proletária no contexto da sociedade capitalista. Embora os professores frequentemente concebam sua prática pedagógica como atividade individual - marcada por paradigmas pessoais e perspectivas idiossincráticas – uma análise macroestrutural revela sua incontestável condição de trabalhadores assalariados que vendem sua força de trabalho, estando portanto submetidos às mesmas dinâmicas de exploração e alienação que caracterizam o proletariado em geral. Esta contradição entre a percepção individualizada do trabalho docente e sua realidade objetiva como categoria trabalhadora é agravada pelo apagamento histórico sistemático promovido pelas instituições escolares. Ao ingressar nos espaços educacionais, os professores encontram-se desprovidos da memória das lutas coletivas, disputas e conquistas que moldaram historicamente sua profissão. Esse esquecimento estrutural impede a compreensão do magistério como fruto de um longo processo histórico, construído por múltiplos atores sociais ao longo de décadas de mobilização. Neste contexto, a recuperação da memória histórica das lutas educacionais assume papel fundamental como instrumento de resistência e ressignificação profissional. Mais do que meros indivíduos isolados em suas salas de aula, os docentes constituem um coletivo trabalhador cuja força política reside precisamente na consciência de sua trajetória comum. A história oral emerge, portanto, como ferramenta metodológica privilegiada para: (1) reconstituir os processos históricos de proletarização docente; (2) evidenciar as continuidades entre as lutas passadas e presentes; e (3) fortalecer a identidade coletiva da categoria como agente transformador. Esta comunicação sustenta que a reapropriação crítica da memória histórica não apenas desvela a verdadeira condição proletária dos professores, mas também fornece os fundamentos para uma prática pedagógica consciente e engajada. Longe de ser um bastião solitário, cada educador é herdeiro de uma tradição de lutas e parte integrante de um coletivo que constantemente redefine os contornos e possibilidades da profissão docente no Brasil.

Palavras-chave

Trabalho Docente; História Oral; Resistência Docente.

Introdução

A docência, historicamente revestida por discursos de missão, vocação e altruísmo, tem visto suas bases materiais e simbólicas serem profundamente reconfiguradas no contexto das transformações societárias das últimas décadas. Sob a égide do que se convencionou

¹ Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), Mestrando em Educação, bolsista FAPESC.

² Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), Mestrando em Educação.

chamar de capitalismo cognitivo ou informacional, o conhecimento consolidou-se como força produtiva central e mercadoria de alto valor, reposicionando os professores em um lugar paradoxal: estratégico na retórica desenvolvimentista e formativa, mas cada vez mais precarizado na concretude de suas condições laborais e existenciais. Este artigo se insere no esforço crítico de desvelar as contradições desse lugar, propondo um olhar que recusa as metáforas idealizantes para assumir uma análise categorial precisa: a de que a docência, na sua forma contemporânea predominante, constitui uma forma específica de trabalho proletarizado.

Partindo dessa premissa, o texto desenvolve-se em três movimentos articulados, que buscam mapear a alienação, o isolamento e as possibilidades de resistência inerentes à condição docente. Na primeira seção, lançamos mão da categoria marxiana de proletariado, não como anacronismo, mas como ferramenta analítica capaz de iluminar a natureza da exploração no capitalismo atual. Argumentamos que o professor vende sua força de trabalho intelectual e emocional, não sendo proprietário dos meios de produção educacional (escolas, plataformas, currículos), e que sua exaustão é um subproduto direto da extração metódica de seu tempo, atenção e capacidade cognitiva, frequentemente mascarada por jargões como “inovação” e “gestão por resultados”. Autores como Saviani (2007) e Frigotto (2010) fundamentam a crítica à falácia da autonomia em um sistema marcado por controles sofisticados e pela subsunção da educação à lógica mercantil.

A segunda seção dedica-se a desmontar os mecanismos de construção de uma identidade docente fraturada, tensionada entre o ideal e o real, o sonho e a exigência. Inspirados em Nóvoa (1995), discutimos como essa identidade se forma em uma biografia marcada pelo “desgaste do eu”, agravado por um isolamento estrutural que transforma a sala de aula em cela e o professor em ilha. A ideologia da vocação, analisada à luz de Bourdieu (1998), é desconstruída como um dispositivo simbólico que naturaliza a sobrecarga, convertendo a falta de condições estruturais em suposta falta de empenho individual, e gerando culpa. Nesse cenário, manifestam-se duas dimensões da alienação: a do processo (perda do controle sobre o próprio trabalho) e a do produto (redução do ato educativo a indicadores quantitativos). Contudo, é justamente nas frestas desse sistema que identificamos a gênese da resistência, onde o sofrimento individual, ao ser compartilhado, pode transmutar-se em consciência coletiva e ação organizada.

Por fim, a terceira seção avança na tese de que o isolamento não é mero acidente, mas um projeto político de gestão da força de trabalho, conforme aponta Oliveira (2004), reproduzindo na escola a lógica flexível e fragmentária da produção industrial. Diante disso, defendemos que a superação dessa condição exige a construção de uma consciência de classe docente, entendida não como abstração teórica, mas como prática política nascida do conflito e do encontro, das greves, das assembleias e da ação sindical. É nesse contexto que a História Oral é proposta como mais do que uma metodologia de pesquisa: um ato político de resistência e memória, capaz de tecer as narrativas individuais do cansaço em um coletivo histórico de luta. Assumir uma identidade proletária, concluímos, não significa negar a dimensão ética e relacional singular da docência, mas, pelo contrário, reconhecer que apenas a partir do entendimento de nossa condição comum de trabalhadores poderemos lutar eficazmente por uma escola verdadeiramente pública, democrática e emancipatória.

O percurso aqui traçado é, portanto, um convite a uma reflexão que se deseja incômoda e mobilizadora. Ao situar o mal-estar docente não no plano psicológico individual, mas na estrutura de uma relação de trabalho exploratória, buscamos contribuir para a formação de um olhar coletivo e politizado sobre nossa própria prática, condição fundamental para qualquer projeto transformador da educação.

A docência como trabalho proletário: rupturas necessárias

Quando retomamos a palavra proletarius, não fazemos isso por alguma paixão por etimologias. É porque essa raiz antiga ainda dói, e deveria doer. Na Roma de outrora, esse era o nome dado a quem nada tinha — exceto sua prole, seus filhos, sua única riqueza e tributo. E hoje? O que nos sobra, senão aquilo que produzimos com o próprio corpo e mente, e que somos obrigados a vender? Marx e Engels trouxeram essa contradição à luz. Ela não desapareceu. Só mudou de figura.

Olhar para a nossa profissão por esse ângulo é um ato político. Não é uma metáfora, nem um exagero retórico: somos, de fato, trabalhadores assalariados. Não somos donos das escolas, nem dos sistemas que nos vigiam, nem das plataformas que comandam nossos passos. Saviani (2007) já disse, sem rodeios, que o que vendemos é nossa capacidade intelectual. Mas e a exaustão emocional que carregamos depois de um dia de trabalho? Também entra no pacote, ainda que não apareça no holerite.

Vivemos sob o que se chama de capitalismo cognitivo, um tempo em que o conhecimento virou a grande mercadoria. E nós, professores, somos seus operadores de base.

Isso nos deu uma importância estratégica — e, ao mesmo tempo, nos colocou sob cerco. A pressão aumentou, o controle se sofisticou, a exploração se veste agora de "inovação pedagógica" ou "gestão de resultados". Não é um simples aperto; é a extração metódica do nosso tempo, da nossa atenção, da nossa capacidade de pensar.

Reconhecer isso não é desmerecer o ofício. É justamente o oposto: é recuperar a verdade que há por trás do mal-estar que tantos de nós sentimos, mas não conseguimos nomear. Frigotto (2010) nos ajuda a enxergar o conflito que está sempre ali: falam em "profissional autônomo", mas amarram nossas mãos com currículos engessados, metas abstratas e uma lógica de mercado que tudo invade. A docência não se realiza no discurso da vocação. Ela se faz — e se defende — no atrito concreto contra quem dita as regras.

Identidade docente: entre o isolamento imposto e a resistência construída

A identidade docente não nasce pronta. Ela se faz no caminho — um caminho quase sempre acidentado, entre o que sonhamos, o que nos exigem e o que conseguimos realizar no dia a dia. Nóvoa (1995) lembra que essa identidade é uma construção que acontece na biografia de cada um, mas também no embate entre projetos de mundo. E nesse embate, nem todos partem com as mesmas armas.

Nos últimos anos, há uma marca que tem definido essa construção de forma especialmente dura: o isolamento. A escola, cada vez mais gerida como empresa, virou um lugar de compartimentos estanques. Cada sala de aula é um mundo à parte. Cada professor, uma ilha. O "desgaste do eu" que Nóvoa descreve não é figura de linguagem; é a sensação real de quem dá aula com o corpo presente e a mente já esgotada, cobrado por resultados que nunca dependem só dele.

E ainda assim, insistem em nos dizer que isso é "vocação". Bourdieu (1998) nos ensinou a enxergar a violência por trás dessa palavra. Chamar de vocação o que é, na verdade, sobrecarga, é uma forma perversa de naturalizar o injusto. Transforma a falta de condições em falta de empenho. Faz do cansaço, culpa.

Desse cenário nasce uma alienação que tem duas faces. A primeira é a alienação do processo: você perde o controle sobre seu próprio trabalho. O currículo chega pronto, as metas vêm de cima, a criatividade vira transgressão. A segunda é a alienação do produto: o que você ajuda a construir — um aluno que pensa, que questiona, que cresce — é reduzido a um número, uma nota, uma posição num ranking. O sentido se esvai.

Mas é justamente nas rachaduras desse sistema que algo novo brota. A identidade docente não se forma apenas na solidão da sala de aula. Ela se refaz onde o coletivo ressurgue: nas assembleias, nas greves, nos sindicatos, nos grupos de estudo onde a fala finalmente encontra eco. Quando o sofrimento deixa de ser um peso só seu e vira conversa, diagnóstico, revolta compartilhada, algo muda. O "eu" esgotado aprende a se ver como parte de um "nós". E esse "nós" pode começar a mudar as coisas.

Romper o isolamento: consciência de classe como projeto político

O isolamento do professor não é acidente. É projeto. Oliveira (2004) mostra como a organização do trabalho escolar hoje reproduz, com outras roupagens, a lógica da linha de produção: rotatividade alta, contratos curtos e jornadas fragmentadas. Um trabalhador que precisa correr atrás de três empregos para fechar o mês não tem tempo para construir vínculos. E um trabalhador sem vínculos é mais fácil de controlar, de calar, de cansar até a resignação.

Daí a pergunta que não quer calar: quem ganha com professores exaustos, isolados e culpados? Certamente não são os alunos. Nem a escola pública. A resposta nos leva ao cerne do problema.

É por isso que a consciência de classe deixa de ser uma teoria distante e vira uma necessidade urgente. E essa consciência não aparece por iluminação. Ela nasce da prática, do encontro, do conflito. A greve, por exemplo, é um dos atos mais pedagógicos que existem: ela tira a máscara e mostra, sem disfarces, que há lados. De um, quem faz a educação acontecer, com as mãos na massa. De outro, quem a administra — e, não raro, quem lucra com ela.

É aqui que a História Oral ganha força especial. Mais do que um método de pesquisa, ela pode ser um gesto de resistência. Ouvir e registrar as histórias dos professores é mapear os fios invisíveis que tecem a passagem do desgaste individual para a ação coletiva. São nas memórias das mobilizações, nas lembranças das ocupações, nas conversas de corredor antes da votação da greve, que uma nova identidade vai se desenhando. Já não é a do profissional solitário e sobrecarregado. É a do trabalhador que entende que sua força não está no heroísmo individual, mas no coletivo que se organiza.

Assumir essa identidade proletária não é negar o que há de singular no nosso ofício — a relação com os alunos, a dimensão ética, o compromisso com o conhecimento. É, na verdade, recusar a ilusão de que essas singularidades nos colocam acima da condição de

trabalhadores. É perceber que, sem reconhecer essa condição, seguiremos lutando com uma mão atada às costas. Só quando nos enxergarmos como parte da mesma classe — com os mesmos interesses, as mesmas dores, a mesma necessidade de mudança — é que poderemos lutar, de fato, por uma escola que seja pública não só no nome, mas no sentido mais profundo: feita por todos e para todos.

A História Oral como Ferramenta para Consciência de Classe: Da Narrativa Individual ao Coletivo Político

Se a consciência de classe não é uma iluminação abstrata, mas uma prática nascida do conflito e do encontro, então é preciso perguntar: como se tece, concretamente, essa consciência? Como transformar o mal-estar difuso e privatizado em uma compreensão nítida e compartilhada de nossa condição comum? É neste terreno fértil e urgente que a História Oral se revela não como um mero recurso metodológico acadêmico, mas como uma poderosa ferramenta política de construção de classe.

Partimos da definição de Albertini (1990), para quem o depoimento oral possui uma riqueza inesgotável, funcionando como "instrumento de compreensão mais ampla e globalizante do significado da ação humana". Isso significa que não se trata apenas de coletar fatos ou datas, mas de captar, através da fala viva, a tessitura complexa da experiência. A História Oral, assim concebida, ilumina as relações do indivíduo com a sociedade organizada, com as redes de sociabilidade, com as estruturas de poder e contrapoder, e com os processos macroculturais que moldam – e são tensionados por – suas trajetórias. Ela decifra, no drama ininterrupto da história, o papel dos atores muitas vezes silenciados.

Aplicada à condição docente, essa prática ganha um contorno revolucionário. O depoimento individual do professor, marcado pela fadiga, pela pressão por resultados, pelo luto de um projeto pedagógico idealizado, deixa de ser apenas um desabafo. Quando ouvido e contextualizado dentro da moldura analítica da proletarianização do trabalho, ele se transforma em um documento de exploração. A queixa sobre a planilha interminável, o relato da sala de aula superlotada, a descrição do esgotamento após três turnos de trabalho – todos esses fragmentos aparentemente particulares passam a ser peças de um mosaico maior. Eles expõem, em carne e voz, a "extração metódica" do tempo, da atenção e da capacidade cognitiva descrita no primeiro capítulo. Através da História Oral, a alienação do processo e do produto deixa de ser um conceito e ganha a textura íntima de uma vida.

Este é o primeiro movimento da ferramenta: traduzir o sofrimento privado em diagnóstico coletivo. O "desgaste do eu", teorizado por Nóvoa (1995), quando narrado e colocado em diálogo com outros "eus" igualmente desgastados, perde sua aura de fracasso pessoal. Revela-se, então, como um sintoma social, um padrão repetido que aponta para uma causa comum. A narrativa oral permite mapear como a "lógica flexível e fragmentária da produção industrial", adaptada à escola por Oliveira (2004), opera na pele de cada trabalhador. Ao ouvir várias histórias, percebe-se que o isolamento não é uma falha de caráter, mas um "projeto político de gestão da força de trabalho". A culpa, portanto, começa a migrar do indivíduo para a estrutura.

O segundo movimento é ainda mais potente: a História Oral como prática de reconexão e construção de memória combativa. O isolamento é rompido no próprio ato de narrar e ouvir. A entrevista, a roda de conversa, o grupo de memória tornam-se espaços de sociabilidade proibida pela rotina acelerada e competitiva. Neles, o professor deixa de ser uma "ilha" e descobre que sua dor tem eco, sua percepção tem confirmação, sua raiva tem companhia. Este é o terreno onde o "eu" esgotado, ao se reconhecer no outro, começa a gestar o "nós".

Essa prática, porém, vai além do reconforto. Ela é ativamente constitutiva de uma contranarrativa. Contra o discurso oficial da "vocação", da "inovação" e dos "resultados", que apaga os conflitos, as histórias orais tecem uma memória subterrânea da profissão. Elas registram as pequenas resistências cotidianas, as greves esquecidas, as mobilizações bem-sucedidas, os momentos de solidariedade no cotidiano escolar. Recuperam, nas palavras de Albertini (1990), as relações com o "contrapoder existente". Esta memória coletiva, construída a muitas mãos e vozes, funciona como um antídoto contra a desistência e a amnésia. Ela prova que a luta já aconteceu, que a organização já frutificou, e que, portanto, é possível novamente.

Por fim, a História Oral se consolida como ferramenta para a ação política organizada. As narrativas coletadas e analisadas em conjunto fornecem insumos concretos para a ação sindical e associativa. Elas apontam os pontos de tensão mais agudos, desvelam os mecanismos de controle mais sorrateiros e identificam os anseios comuns que podem mobilizar a categoria. A consciência de classe deixa de ser uma ideia e se torna um repertório compartilhado de experiências e lutas, uma base empírica para formular pautas, estratégias e discursos que falem diretamente à condição real dos trabalhadores da educação.

Portanto, assumir a História Oral nesta perspectiva é assumir um compromisso político com a transformação. É recusar-se a deixar que a nossa história seja contada apenas pelos discursos oficiais, pelos indicadores de produtividade ou pelas falácias da vocação. É, antes, arrancar da experiência vivida – com suas dores, suas contradições e seus lampejos de resistência – a matéria-prima para uma nova compreensão de nós mesmos.

Ao ouvir e registrar nossas próprias vozes, nós, professores, performamos o ato fundador da consciência de classe: reconhecemo-nos como protagonistas de um mesmo drama histórico, explorados por uma mesma lógica, mas também portadores de um mesmo poder potencial de transformação. A ferramenta da História Oral nos permite, assim, decifrar melhor o "grande drama ininterrupto" da exploração no capitalismo cognitivo e, ao decifrá-lo coletivamente, ganhar as chaves para reescrever o nosso papel dentro dele. Ela nos ajuda a lembrar quem somos, para que, juntos, possamos decidir quem queremos ser.

Por uma memória coletiva e um futuro comum

Ao longo deste percurso, buscamos desnaturalizar os discursos que envolvem a docência, deslocando o olhar da esfera individual do mal-estar para a dimensão estrutural da exploração. Partimos da constatação de que, no capitalismo cognitivo, o trabalho docente assume a forma de um labor proletarizado, no qual a força intelectual e emocional do professor é sistematicamente extraída e convertida em valor, sob o verniz de inovações e gestões. Avançamos para a análise de como essa exploração material produz uma identidade fraturada, marcada pelo isolamento imposto e pela alienação dupla – do processo e do produto do trabalho –, cujo sofrimento é frequentemente convertido em culpa individual pelo dispositivo perverso da "vocação".

No entanto, se a análise aqui apresentada é sombria, o horizonte que se abre não é o da resignação. Identificamos que é justamente nas frestas desse sistema, nos momentos de encontro e conflito, que uma nova subjetividade coletiva pode emergir. O isolamento, enquanto projeto de controle, contém em si as sementes de sua própria superação: a necessidade urgente de vínculo, de diálogo e de ação conjunta. É nesse terreno que a consciência de classe deixa de ser abstração e se torna uma ferramenta de leitura da realidade e de organização da luta.

A História Oral, portanto, se apresenta neste contexto com um duplo potencial. Como metodologia, ela nos permite mapear, com a riqueza das narrativas individuais, a trajetória desse desgaste e os momentos de sua ruptura. Como prática política, ela é um ato de

resistência em si mesma: ao registrar, ouvir e tecer em conjunto as memórias da profissão, ela performa a construção do coletivo que tanto necessitamos. Ela transforma a dor privada em análise compartilhada e a nostalgia em projeto.

O trabalho aqui desenvolvido pretende ser um ponto inicial para promover o debate no campo. As análises sobre a proletarização, a fratura identitária e o potencial emancipatório da História Oral não esgotam a conversa, mas a inauguram de um lugar estratégico. Elas lançam um convite explícito para que pesquisadores, sindicalistas e coletivos docentes aprofundem, contestem e ampliem estas teses a partir de seus contextos locais e experiências concretas de luta. Que outras facetas da exploração no capitalismo cognitivo precisam ser nomeadas? Como os dispositivos de controle e os momentos de ruptura se manifestam nas distintas realidades educacionais do país? A provocação está lançada.

Nesse sentido, o caminho traçado aponta para a urgência de construirmos, no campo da educação, uma memória coletiva que sirva explicitamente a um projeto comum de futuro. Trata-se de ir além da denúncia e usar as ferramentas analíticas e políticas aqui sugeridas para forjar alianças, identificar adversários comuns e formular estratégias compartilhadas de resistência e transformação. O futuro comum não será uma dádiva, mas uma construção deliberada. Ele depende da nossa capacidade de transformar o sofrimento isolado em diagnóstico coletivo, e esse diagnóstico em um programa de ação que una a categoria em torno da defesa intransigente da educação como bem público e práxis emancipatória.

Assumir, sem rodeios, a condição proletária da docência não é, assim, um gesto de reducionismo ou de derrota. É, ao contrário, um ato de lucidez política e de coragem ética. É perceber que a defesa da dignidade do professor, das condições de trabalho dignas e do próprio sentido da educação como prática emancipatória está intrinsecamente ligada à capacidade de nos organizarmos enquanto classe. A luta por uma escola verdadeiramente pública, democrática e popular – aquela feita por e para todos – não será vencida pelo heroísmo solitário de indivíduos sobrecarregados, mas pela força organizada de trabalhadores e trabalhadoras da educação que, recuperando sua própria história, possam escrever, juntos, um novo capítulo.

Referências

- ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva.** São Paulo: Cortez, 2010.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A reestruturação do trabalho docente.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Educação escolar, políticas educacionais e trabalho pedagógico.** Campinas: Autores Associados, 2007.